

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.218 - MG (2019/0040823-6)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : GLEISSON PEREIRA DA ROCHA (PRESO)
ADVOGADOS : LUCAS VIEIRA LOPES - MG146889
DIOGO BRUNO DE ARAÚJO DE PAULA E OUTRO(S) -
MG135597
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por GLEISSON PEREIRA DA ROCHA, contra acórdão proferido pela 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do HC n. 1.0000.18.117034-1/000.

Consta dos autos que o paciente encontra-se preso desde 3-9-2018, por ter, em tese, cometido o delito do art. 121, § 2º, incisos II e VI, e § 2º-A, inciso I, do Código Penal.

Nesta via, o recorrente alega ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Aduz que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do recorrente, que seria primário, de bons antecedentes e residência fixa, predcados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Requer, liminarmente, o provimento do reclamo para que o recorrente possa aguardar em liberdade o julgamento final do *mandamus* e, no mérito, seja revogada a prisão preventiva fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

Em consulta ao sistema processual deste Sodalício, verifica-se que, perante esta Corte, foi impetrado em favor do paciente o HC 486.941/MG, impugnando o mesmo acórdão aqui combatido e sob os mesmos argumentos ora levantados.

Assim, observa-se que neste *mandamus* tem-se a simples reiteração de pedido, não tendo a defesa trazido qualquer fato capaz de dar ensejo à nova análise por este Tribunal do pleito deduzido no mencionado reclamo, verificando-se, portanto, a inadmissibilidade do remédio constitucional em apreço.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. MUDANÇA DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL A FAVOR DO PACIENTE. NECESSIDADE DE NOVA ANÁLISE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NOVO ATO COATOR EM PERSPECTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA E MANTIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Está obstaculizado o conhecimento deste mandamus por

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

reiteração de pedidos, pois a presente impetração traz requerimento idêntico ao formulado nos autos do HC n. 416.553/DF, já com trânsito em julgado certificado naqueles autos, e em ambos se ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios no Agravo em Execução n. 0012842-50.2017.8.07.0000.

2. A virada de jurisprudência a favor do paciente deve ser levada à nova apreciação do Tribunal de origem para que se possa entender nesta Corte pela existência de novo ato coator.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg nos EDcl no HC 456.149/DF, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 02/10/2018, grifou-se)

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO DO QUE JÁ DECIDIDO EM RECURSO ORDINÁRIO. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1 - Versando o habeas corpus mera reiteração do que já devidamente decidido em recurso ordinário interposto pelo ora paciente, na mesma causa, é de rigor o indeferimento liminar da inicial do writ.

2 - Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 414.705/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/09/2017, DJe 04/10/2017, grifou-se)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do RISTJ, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.
Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator